

# REPENSANDO A AGRICULTURA PAULISTA: Cadeia Produtiva do Leite, contribuições ao documento-base

Eloisa Elena Bortoleto<sup>1</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A partir de outubro de 1996, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), procurando traçar sua política de atuação baseada em uma concepção integrada da agropecuária paulista, vem realizando semanalmente *workshops* para análise e discussão de estudos de cadeias produtivas elaborados pelas equipes da instituição.

Em 18 de novembro, o documento "Repensando a Agricultura Paulista: Cadeia Produtiva do Leite", em sua versão preliminar, foi colocado em discussão junto às lideranças dos vários segmentos do agronegócio em questão. As contribuições dos debatedores foram incorporadas ao texto-base, que será publicado e colocado à disposição dos interessados<sup>2</sup>.

## 2 - CONTRIBUIÇÕES

A seguir serão apresentadas as contribuições em sua forma integral, por segmento da cadeia produtiva do leite, já que no texto-base foi possível incorporar somente os pontos principais.

### 2.1 - Associações

Representando a Associação Brasileira dos Produtores de Leite B (ABPLB), Roberto Jank destacou como mais importante, o parágrafo que faz referência à "obsolescência da atual regulamentação da inspeção federal, cuja legislação pode ser responsabilizada pela atual

estrutura problemática de produção", que permite a comercialização informal do leite. Para ele, esse tem sido o principal responsável pelos problemas existentes no setor, embasando as propostas que foram feitas pela ABPLB e apresentadas no evento, quais sejam:

- a) Cadastramento de todos os produtores de leite, a exemplo do leite A e B;
- b) Credenciamento desses produtores exigindo-lhes, para tanto, condições mínimas necessárias à produção de leite, tais como, veterinário responsável pela sanidade do rebanho, local adequado para a ordenha (piso impermeável, cobertura e água corrente) e, conhecimento de noções básicas de higiene;
- c) Coordenação e fiscalização dessas exigências por parte de comissão composta por representantes do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA), produtores e laticínios;
- d) Criação de selo de origem<sup>3</sup> para identificar os produtos lácteos fabricados à partir de matéria-prima produzida por produtores especializados.

Para a utilização do selo de origem foram exigidas as seguintes condições mínimas:

- a) Controle da sanidade do rebanho - existência, na propriedade produtora, de controle de sanidade individual, por animal, com exames realizados a cada parto, fiscalizado pelo laticínio comprador da matéria-prima, garantindo ausência de brucelose, tuberculose e aftosa nos animais ordenhados;
- b) Ordenha mecânica - extração do leite apenas com equipamentos de ordenha mecânica, em circuito fechado, impedindo a exposição do produto ao ambiente externo e eliminando a variabilidade de qualidade do produto causada pelo fator humano no caso da ordenha

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>2</sup>O debate permitiu, também, uma reflexão e um delineamento inicial de políticas e procedimentos para o setor, fundamentais para a reconstrução da Câmara Setorial do Leite, que deverá se reunir ainda no primeiro trimestre de 1997.

<sup>3</sup>Este selo tem o objetivo de permitir ao consumidor identificar se o leite ou derivados foram produzidos sob condições higiênico-sanitárias adequadas e se atendem aos conceitos básicos de garantia de qualidade. O controle seria exercido por comissões constituídas por representantes dos Ministérios da Agricultura e da Saúde, dos produtores e dos laticínios.

- manual;
- c) Refrigeração após a ordenha - resfriamento do leite à temperatura inferior a 4°C, imediatamente após a ordenha, para preservar a qualidade do produto;
  - d) Transporte do leite à granel - o transporte do leite não envasado só será efetuado em tanques isotérmicos, para preservar a qualidade do produto;
  - e) Fiscalização sistemática nos pontos de venda - o leite, nos pontos de venda, deverá se apresentar dentro dos padrões legais em amostras coletadas com frequência e aleatoriamente;
  - f) Prazo - deve ser estabelecido um prazo para atendimento dessas exigências.

Na oportunidade, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite A (ABPLA) e vice-presidente da Comissão de Pecuária Leiteira da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Lair Antonio de Souza, leu uma cópia do texto escrito pela ABPLB e ABPLA e enviado dias antes ao Secretário de Política Agrícola do MAA. Esse documento ressaltava que o principal problema enfrentado pela pecuária nacional certamente está relacionado às "importações subsidiadas e desnecessárias", especificamente às baixas alíquotas desse imposto para o leite em pó (30%) e queijos (16%). "Ao manter as alíquotas a níveis baixos, ou seja, inferiores às "taxas de subsídios" concedidos, principalmente nos países da União Européia, o governo está transformando o Brasil num dos melhores e mais atrativos mercados de lácteos do mundo. Isto tudo em detrimento da economia nacional, pela evasão de divisas, e do produtor de leite que se vê cada vez mais acuado pela concorrência desleal de produtos estrangeiros". Esse texto também destaca que o *dumping* praticado por empresas argentinas, competindo no mercado brasileiro com produtos a preços inferiores aos comercializados naquele país, é "outro fator altamente negativo". Foi apontada como solução para essa situação, o empenho do MAA na adoção das seguintes medidas:

- a) Alíquota compensatória do imposto de importação de, no mínimo, 72% para o leite em pó e para o queijo;
- b) Financiamento das importações de produtos lácteos na origem para, no máximo, 30 dias;
- c) Imposto de Importação de 30% para queijos, manteiga, *butter-oil*, leite condensado, creme de leite e para as posições tarifárias 04029100

- e 04029900 das Normas do Comércio Mundial (NCM);
- d) Inclusão das posições tarifárias de leite em pó, na Lista de Adequação ao Regime Aduaneiro Final do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);
- e) Gestões junto aos governos da Argentina e do Paraguai para o alinhamento tarifário desses produtos;
- f) Elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos lácteos de 16% para 20%;
- g) Apurar possíveis sub-faturamentos em determinadas importações.

A partir do documento em discussão, o presidente da Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV), Almir José Meireles, fez algumas considerações do ponto de vista macroeconômico ou estratégico, resumidas a seguir: falta de especialização da maioria das propriedades que trabalham com a atividade leiteira; dependência que cada vez mais o Estado de São Paulo apresenta em relação aos outros estados; oferta abundante de produtos lácteos no Brasil, a partir de 1991, principalmente em função da abertura das importações à iniciativa privada; transformações estruturais no mercado de leite fluido através do crescimento de novos produtos com destaque para o leite longa vida, além de outros produtos que não haviam sido mencionados no estudo, tais como, bebida láctea, sucos, chás e bebidas isotônicas; modificações profundas na estrutura industrial do setor, acompanhando as transformações de mercado (hábitos de consumo e de compras), apontando para a sobrevivência apenas de grandes e pequenas empresas no setor laticínista, no bojo de um processo de concentração de capitais. As empresas médias, cooperativas ou não, terão dificuldades de sobreviver se tiverem que se defrontar, nos mesmos mercados/produtos, com as grandes empresas; e, por conviver a maior parte de sua história com a escassez de leite e ser um Estado importador, São Paulo mantém os preços pagos aos produtores como os maiores do país.

Entretanto, os produtores paulista vêm enfrentando dificuldades, ameaçados pela oferta de leite de outros estados, cujos produtores operam com custos inferiores, bem como de outros países como Argentina e Uruguai, que têm custos bem menores e não possuem mais barreiras tarifárias desde a vigência da união aduaneira (MERCOSUL).

Baseado nessas constatações e, dada

a rapidez com que as transformações estão ocorrendo, Meireles faz algumas perguntas:

- 1) O produtor de leite especializado, independentemente do tipo de leite produzido, sobreviverá a tão profundas mudanças?
- 2) O governo do Estado de São Paulo tem algum papel a desempenhar para garantir essa sobrevivência ameaçada?
- 3) Se há um papel, que tipo de ações efetivas o Governo do Estado de São Paulo poderia desenvolver para mudar esse quadro desfavorável?
- 4) Será que a sociedade considera legítima a alocação de recursos públicos para eventualmente salvar o setor de pecuária leiteira paulista?
- 5) Os produtores de leite de São Paulo têm consciência da amplitude dessas transformações e da ameaça que representam para a continuidade de sua atividade neste Estado?

Apesar de não ter respostas para essas indagações, o presidente da ABLV acredita que "talvez os problemas da cadeia do leite estejam sendo colocados demasiadamente tarde, uma vez que já se vão cinco anos desde que as principais mudanças constatadas tiveram início. Se no passado eram oportunidades a serem exploradas, transformaram-se em ameaças no presente". Ele lembrou ainda, referindo-se ao atual comportamento dos produtores paulistas de leite que "sem uma leitura objetiva da realidade, ainda que desagradável em termos das ameaças e dos esforços que terão que ser desenvolvidos para afastá-las, muitos componentes da cadeia do leite poderão estar caminhando em direção ao desastre, tal como ocorreu, no passado, com os barões do café"<sup>4</sup>.

## 2.2 - Cooperativas e Empresas Privadas

A contribuição de Waldir Bastos, presidente da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (CCLSP) ao evento, se deu através de um documento que alinhava as ações do agronegócio do leite no Estado sob três aspectos: sanidade do rebanho, controle de quali-

dade do leite e qualificação da mão-de-obra. Para ele, tudo indica que a questão do abastecimento, com as importações sem restrições de produtos lácteos, não requer maiores preocupações. Dessa forma, o governo deve voltar sua atenção ao setor produtivo primário de São Paulo.

Num contexto de constante omissão dos governos federal e estadual nos debates que definem as prioridades para o setor, "torna-se difícil articular qualquer programa de estruturação do setor leiteiro, em razão das atuais condições externas de competição". Com base nessas considerações, foi sugerido que o governo paulista, através de sua SAA, deve priorizar suas ações concentrando-se em apenas três pontos, que "podem parecer insuficientes diante da complexidade dos problemas enfrentados pelo setor produtivo leiteiro do Estado de São Paulo. Todavia, se a Secretaria de Agricultura e demais órgãos da cadeia produtiva do leite fizerem pouco, porém bem feito, estarão dando uma grande contribuição para um setor que, ao longo de tantos anos, tem merecido tão pouca atenção e tão pouco apoio oficial". Os pontos selecionados foram:

- a) Sanidade do rebanho - a SAA deve realizar e supervisionar diretamente a vacinação e o controle das doenças, através de seu corpo técnico. Com a sanidade do rebanho sob controle, o governo estadual poderá exigir que os estados que exportam leite ou derivados para São Paulo façam o mesmo;
- b) Controle de qualidade do leite - a SAA, em estreita ligação com a iniciativa privada, precisa instituir um controle de qualidade mais efetivo da matéria-prima produzida no Estado. Deve, também, criar condições para que o produtor possa ser remunerado pela qualidade, fazendo uma cruzada contra o leite clandestino sem controle sanitário, que além de colocar em risco a saúde pública também prejudica o setor organizado, que é fiscalizado e paga impostos;
- c) Qualificação da mão-de-obra - se o ensino básico é ineficiente para o morador da cidade, a situação se complica no campo. A iniciativa privada, sem a ajuda do Estado, não conseguirá resgatar a mão-de-obra do estágio primário em que se encontra. A SAA deve elaborar um amplo programa de treinamento para o pessoal que atua na atividade leiteira, cuja melhoria de qualidade passa necessariamente pela qualificação do pessoal da produção, da

<sup>4</sup>Ele utiliza um trecho do historiador Fausto, Boris. "Lições do Aparentemente Banal". *Gazeta Mercantil*, SP, 03 nov. 1996, para mostrar que os barões do café do Vale do Paraíba, no final do século passado, "mantiveram a escravaria e as terras exaustas ao longo dos anos, enquanto se desenrolava diante de seus olhos um processo que chegaria ao que foi para eles um desastre".

conservação e do transporte do leite;

José Batista de Proença, Presidente da Cooperativa de Laticínios de Sorocaba (CLS), representou as cooperativas não pertencentes ao Sistema Paulista de Cooperativas. Ele fez uma apresentação da pecuária de leite no Brasil, abordando os itens abaixo:

- 1) Aspectos históricos e econômicos - mencionou-se que a nossa pecuária leiteira foi quase sempre uma atividade economicamente secundária, o que por sua vez, determinou sua marginalização em termos de localização física. Essas características permanecem até hoje, sendo, na maioria das vezes, como atividade subsidiária da pecuária de corte ou como de suplementação de renda no meio rural, inibindo ou impedindo o desenvolvimento da pecuária leiteira como atividade verdadeiramente profissional, como acontece em países desenvolvidos. Tratando-se de uma atividade de baixa ou nula rentabilidade, afastou-se cada vez mais dos centros de consumo, fugindo das terras mais valorizadas.
- 2) Papel das empresas - destacou-se aqui a importância do advento das cooperativas na década de 30, que agruparam os produtores/vendedores de leite cru, cujos rebanhos permaneciam na periferia dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, dando início à distribuição de leite pasteurizado em grande parte das cidades, representando um considerável avanço. "As cooperativas, em função da defesa dos objetivos para os quais foram constituídas, adotaram normas de padrão mínimo de qualidade para recebimento de leite. Tais medidas propiciaram, à época, um significativo desenvolvimento da pecuária leiteira no Brasil e em especial no Vale do Paraíba, em razão de sua proximidade e da facilidade de transporte até a capital... mas, com o decorrer do tempo foram perdendo grande parte de sua força, na medida em que o estado deixava desestruturar o seu poder de polícia, passando a competir, cada dia mais, com a venda de leite cru... "A atual legislação, que autoriza a fiscalização das micro/mini-usinas, pelos estados e municípios, veio agravar mais ainda esse quadro, visto que essa fiscalização na prática é pouco significativa". Além disso, "a globalização da economia e os altos investimentos que vêm sendo feitos por empresas multinacionais, têm obrigado as empresas nacionais, cooperativas ou privadas, a se adequar aos novos tempos, sob pena de su-

cumbência".

- 3) O Estado e a pecuária de leite - nesse item, Proença destacou que o Estado mais tem atrapalhado do que ajudado no decorrer do tempo, seja em função do longo período de tabelamento de preços (1945 a 1991), seja pela atuação deficiente na fiscalização sanitária, tributária e previdenciária ou pela permissão de uma concorrência predatória de produtos lácteos subsidiados em seus países de origem, "muitas vezes em pleno período de safra, desestabilizando o sistema produtivo nacional."

Conclui José Batista de Proença: "para atingir a meta de produção de 30 bilhões de litros no ano 2000, será preciso implementar profundas mudanças em todos os setores envolvidos, pois não há como ser mantida indefinidamente, numa economia capitalista, uma atividade de baixa rentabilidade, exposta neste fim de século a uma competição imposta pela globalização da economia."

Representando a iniciativa privada, Antonio Carlos de Souza Lima Junior, Assessor Agropecuário da Nestlé, fez algumas correções ao documento-base, seguidas de alguns comentários: necessidade das indústrias de laticínios, cooperativadas ou não, criar mecanismos que propiciem aos produtores a aquisição de insumos e/ou bens de capital a custos menores; que essas indústrias, juntamente com órgãos governamentais, desenvolvam no segmento produtor primário uma ação agressiva de profissionalização do setor, com enfoque na alimentação básica e no manejo reprodutivo e produtivo do rebanho, com o intuito de aumentar a produtividade e a escala de produção; reforçou a necessidade de acelerar a mecanização da ordenha, a introdução da inseminação artificial, a campanha para erradicar as doenças; concordou com a proposta do documento de alterar a atual legislação no sentido de institucionalizar o pagamento do leite pela qualidade e não mais por tipo de estabulação A, B ou C; e, para terminar, lembrou que a tendência atual, de resfriamento do leite à granel, deverá melhorar a qualidade da matéria-prima e reduzir custos de transporte e usinagem, levando a um processo de eliminação total ou parcial dos Postos de Refrigeração.

### 2.3 - Universidade

Vidal Pedroso de Faria, professor do

Departamento de Zootecnia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) e representante da universidade, levantou alguns pontos, considerados por ele como de maior significado para o processo produtivo:

a) Redução contínua e gradativa na quantidade de leite produzido no Estado de São Paulo para abastecimento próprio - de modo geral, nos últimos 30 anos, a ampliação e o melhoramento do sistema viário possibilitou o estabelecimento de linhas de coleta e de transporte, abrindo perspectivas para a produção de um produto perecível em regiões de difícil acesso no passado, neste e em outros estados. "Criada a infra-estrutura, o leite passou a ser um grande atrativo para os criadores de gado de corte. Produzir leite sem nenhum investimento, ... usando mão-de-obra ociosa, passou a ser um bom negócio para quem tinha somente o bezerro como receita". Com a coleta estruturada, o interesse levou à adoção de cruzamentos de zebuínos com raças européias, surgindo então, as "fazendas leiteiras" e assim sucessivamente em cada nova região conquistada.

Na época do início da migração (década de 60), as antigas fazendas já encontravam-se exauridas pelos sistemas extrativistas, revelando baixa capacidade de produção e insignificantes índices de produtividade. A crescente demanda pressionou a busca por novas opções de coleta nas regiões de gado de corte<sup>5</sup>, que apesar de se tornarem pólos importantes de produção, abrigavam fazendas com baixa capacidade produtiva, pois os sistemas continuavam extrativistas e baseados no uso de gado não-especializado. Para atender a procura criada pela rápida urbanização, houve necessidade de ampliar o número de produtores e a incorporação de áreas cada vez mais distantes. O abastecimento de São Paulo passou a contar, então, com leite produzido em Goiás, Paraná, Mato Grosso, Norte de Minas, Tocantins, Bahia, etc. A proibição de coleta de leite "sujo" e "quente" para consumo é a única forma de alterar o crescimento horizontal do setor no país.

b) Potencial de produção no Estado de São

<sup>5</sup>Já no início dos anos 70, o Vale do Paraíba, que foi no passado a grande bacia para abastecimento da capital, contribuía com somente 18% do total do Estado. A marcha do leite foi conquistando áreas remotas, típicas de gado de corte no Centro-oeste e Norte e hoje, o maior volume de leite em São Paulo, concentra-se na região de São José do Rio Preto.

Paulo - esse potencial de produção é muito grande e, se bem explorado, poderia eliminar a necessidade de importações. "A associação do leite com a cultura canaveira, por exemplo, é fácil de ser implementada, considerando a adoção de sistemas de confinamento. Cerca de 20 a 30% das glebas das fazendas canaveiras ficam ociosas de setembro a fevereiro, para renovação dos canaviais. Através da produção de silagem, seria viável estabelecer em São Paulo, fazendas capazes de garantir volume e qualidade próximas dos centros de consumo".

Estudos de fazendas que adotaram alguns princípios tecnológicos fundamentais para a produção de leite, sem revelar índices elevados de produtividade, mostram que o leite pode ser a melhor opção para a agricultura, considerando os preços pagos em São Paulo. A validade dessa proposta pode ser atestada por modelos em funcionamento exemplificados na tabela 1. Segundo o professor Vidal, esses "resultados econômicos" seriam considerados excepcionais mesmo em países de pecuária evoluída.

c) Dificuldades para intensificação da produção em São Paulo - "um grande obstáculo para o setor é a generalização dos conceitos da falsa tecnologia, de tecnologia de ponta, moderna e de nível, que transmite a idéia de que a produção está associada à riqueza. Aparência, uso de equipamentos sofisticados e índices como produção por vaca em lactação ou produção de vaca na idade adulta, promovem distorções sérias e impedem a proliferação do conceito de tecnificação. Os bons resultados relatados anteriormente foram obtidos em fazendas que seriam certamente consideradas como "pouco tecnificadas" por não apresentarem características de grandiosidade e sofisticação." Há falta de técnicos treinados em sistemas de produção e a incapacidade de análise cria dificuldades para interpretação correta de cada sistema. Também existe tecnologia capaz de modificar o panorama produtivo e "sem dúvida, os problemas de intensificação de produção são de ordem cultural e sociológica, porque é generalizada a idéia de que os bons resultados alcançados por algumas fazendas devem ser escondidos para não estimularem possíveis reduções nos preços do produto e, com isso, fica difícil sensibilizar empresários para o setor."

d) Expansão do uso do leite longa vida em São Paulo - a viabilização da comercialização do

TABELA 1 - Resultados Econômicos de Fazendas em Funcionamento

Item	Fazenda1	Fazenda2	Fazenda3	Fazenda4
Área/ha	25	93	73	100
Total de vacas	47	157	14	151
Custo de produção				
Total (R\$/l)	0,297	0,253	0,301	0,308
Margem bruta (R\$)	33.134	133.839	110.015	98.619
Lucro (R\$)	14.364	111.040	92.059	67.750
Lucro/vaca/ano (R\$)	359	707	86	327
Lucro/ha/ano (R\$)	574	1.193	966	494

Fonte: Dados do Departamento de Zootecnia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

leite fluído produzido em regiões distantes acelerou-se com o processo longa vida e pela aceitação do público fica evidenciado que houve uma mudança de hábito da população. Frequentemente, o leite fluído, após a pasteurização, é transportado sem refrigeração e armazenado fora da geladeira nos locais de distribuição (alguns supermercados e mercearias desligam os balcões frigoríficos durante a noite). A dúvida quanto a qualidade levou a adoção da fervura do produto na residência. Às vezes é possível encontrar, à tarde, nos meses de verão, inclusive leite tipos A e B azedos, que foram mantidos fora da refrigeração por longos períodos de tempo. "Não é de se admirar que um produto esterilizado, que não requer fervura e tem vida longa de prateleira, passa a ser preferido pela população." Deve ser realizada uma revisão nos conceitos de distribuição do leite, "se os produtores paulistas quiserem continuar com a proposta de leite fluído para o consumo, pois esse tipo de leite, de boa qualidade, deve durar três (3) semanas na geladeira."

- e) Elevação no consumo *per capita* - estatísticas disponíveis sobre consumo de leite e derivados mostram que existem sérias deficiências na dieta dos brasileiros. Quando se discute o setor leiteiro, pouca ou nenhuma atenção é dispensada "para o fato de que os preços do leite e dos produtos lácteos são muito elevados em relação à renda do país." Cite-se como exemplo os Estados Unidos, onde é possível comprar 1 litro de leite de alta qualidade por US\$0,50 ou US\$0,55, quando no Brasil, historicamente, o consumo familiar mensal de leite C corresponde a 20-30% do salário mínimo. Como a elevação do consu-

mo teria impacto sobre toda a cadeia láctea, sugere-se que sejam realizados estudos para caracterizar fatores responsáveis pelos altos preços dos laticínios no Brasil.

## 2.4 - Órgãos Públicos

Com relação a uma nova política sanitária, Vera Regina M. de Barros, chefe do Serviço de Inspeção Federal/São Paulo, do Ministério da Agricultura, apresentou o Plano de Reorientação Institucional do Ministério da Agricultura (PRIMA), legislação do governo federal que buscará a excelência na atuação governamental e na produção agropecuária do país, visando a competição internacional. Essa nova política prevê, dentro de cinco anos, o funcionamento de diferentes sistemas de fiscalização animal: um Sistema Único de Saúde Animal, do qual fará parte a política de saúde animal; um Sistema Nacional de Inspeção Vegetal e Animal, que pretende amarrar a fiscalização municipal, estadual e federal, proporcionando uma atuação mais efetiva sobre os produtos clandestinos; e, por último, implantação de um Programa Nacional de Defesa do Consumidor, contemplando todas as ações cabíveis.

Eliana Roxo, pesquisadora do Instituto Biológico da SAA, escreveu um texto com algumas considerações importantes sobre sanidade animal, as quais enriqueceram sobremaneira o documento-base. Ela lembrou que as transformações pela qual vem passando a economia mundial, através da globalização e da união de mercados, fortalecem as barreiras não tarifárias. Por outro lado, observa-se no Brasil, a partir da Lei de Defesa do Consumidor, uma "sociedade mais alerta e amparada juridicamente."

De acordo com a pesquisadora, diversos países possuem restrições sanitárias ao comércio de animais com Febre Aftosa, mas não ao de animais com Tuberculose e Brucelose, "duas enfermidades que, além de serem zoonoses (transmissíveis ao homem), determinam perdas econômicas à pecuária." Essas doenças encontram-se disseminadas, especialmente na América do Sul, concentrando-se no Brasil e na Argentina, responsáveis conjuntamente por um rebanho de 190 milhões de cabeças.

As normas para a comercialização de animais e seus produtos, estabelecidas em mercados regionais, tais como União Européia, Nafta e MERCOSUL, foram baseadas em normas internacionais determinadas pela Organização Internacional de Endemias (OIE), pela Food Agriculture of Organization (FAO), entre outras. Argentina e Paraguai, alertas ao problema sanitário de seus rebanhos, estão mobilizados para a condução de Programas de Controle da Tuberculose e da Brucelose Bovinas. Também o Uruguai está perto de ser declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como país livre dessas doenças. Já no Brasil, a situação é muito preocupante por vários motivos: inexistência de dados concretos sobre "a prevalência da tuberculose e da brucelose nos animais, tampouco sobre a incidência dessas enfermidades na população humana, em especial no meio rural; conforme publicações da OMS e da OIE, no Brasil, em 1989, a tuberculose estava presente com uma taxa média de 5% dos rebanhos e tinha 1% de animais infectados e, em 1984, a brucelose estava em mais de 2% de animais positivos; ainda mais grave é a falta de um critério único no país, para o diagnóstico e para o controle dessas doenças, ocorrendo um vasto descumprimento da legislação, sob a alegação de que esta esteja desatualizada e pouco abrangente".

São Paulo, além de ser ainda um estado grande produtor de leite, é o maior centro consumidor do país. Assim, a não implantação de medidas regionais de controle dessas enfermidades expõe "perigosamente nossos produtores à concorrência de produtos importados de outros estados e, especialmente, dos países do MERCOSUL. A exemplo do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, faz-se necessária a inserção urgente de um Programa de Controle da Tuberculose e da Brucelose Bovina, com a participação ativa do setor privado em parceria com o governo estadual."

Pontos básicos dos Programas de Controle:

- 1) Treinamento e credenciamento de médicos veterinários para a realização do diagnóstico dessas enfermidades e da vacinação contra a brucelose;
- 2) Certificação oficial de "Rebanhos Livres", que será obrigatória para o emprego do "Selo de Qualidade" dos produtos que atenderem às regras rígidas de padrões higiênico-sanitários; e,
- 3) Instituição de um "Fundo Especial" entre cooperativas, sindicatos e associações de produtores que aderirem aos Programas de Controle, para ressarcimento no valor de mercado dos animais reagentes que forem abatidos.

### 3 - CONCLUSÕES

Algumas conclusões podem ser tiradas a partir das contribuições apresentadas pelos participantes do *workshop* acima referido: é fundamental a união efetiva de esforços entre a iniciativa privada e o setor governamental para solucionar os principais problemas do agronegócio do leite no Estado de São Paulo; as ações devem priorizar quatro pontos, quais sejam, sanidade animal, controle da qualidade do leite, treinamento e qualificação da mão-de-obra e medidas de equalização tarifária junto aos parceiros do MERCOSUL; importância de transferir aos produtores, através de modelos já em funcionamento, princípios tecnológicos que mostram que o leite pode ser uma boa opção para a agricultura paulista; o aprofundamento das discussões e soluções das questões inseridas nessa cadeia produtiva passa pela reorganização da Câmara Setorial do Leite, que seria, na prática, fórum ideal para o exercício de parcerias entre todos os elos desse agronegócio.